

O colapso teórico do populismo

Denaldo Alchorne de Souza
Doutorando em História. PUC-SP.

Resumo: O presente trabalho procura investigar a construção teórica do conceito de *populismo* e da conotação negativa do termo. Para isso, foi enfatizada: a influência da tradição estatista nos teóricos da primeira metade do século XX; a relação entre democracia e corporativismo; e o silenciamento da tradição trabalhista efetuada entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras-chave: populismo - trabalhismo - estatismo - corporativismo.

Abstract: This work aims to investigate the theoretical construction of the concept of *populism* and the negative connotation of the term. For that, it was emphasized: the influence of the state tradition in the intellectuals of the twentieth century's first half; the relationship between democracy and corporatism; and the silencing of labor tradition performed between the 1960s and 1980s.

Keywords: populism - labor tradition - state tradition - corporatism.

A categoria *populismo*, há muito tempo, já faz parte do senso comum. O termo é geralmente associado a políticos inescrupulosos que manipulam o povo indefeso e inocente. Na maioria dos livros didáticos de História, convencionou-se considerar todo o período entre 1930 e 1964 de “Era Populista”. Para esses livros,

Os líderes populistas utilizavam-se de muita demagogia para atrair as camadas populares urbanas. Fora do poder, esses líderes se apresentam como autênticos renovadores dispostos a mudar tudo. Seu compromisso é com o discurso de cada comício, alterando ao gosto do eleitorado. Quando chegam ao poder, tentam conciliar a imagem demagógica com os compromissos reais assumidos quanto à preservação da ordem vigente. Afinal, eles precisam prestar contas aos grupos militares que haviam garantido sua posse, aos industriais financiadores de suas campanhas e à Igreja, à qual havia prometido manter a tradição.¹

No entanto, ao depararmos com os jornais deste período, chama-nos à atenção a quase inexistência dos termos *populismo* ou *populista*. E, quando usados, tinham um sentido totalmente diferente do atual. Geralmente, eram utilizados para indicar que este ou aquele político era popular ou que tinha o apoio dos populares.² Em dicionários mais antigos, o vocábulo *populista* era identificado como “amigo do povo”.³

Então, qual é a origem do sentido pejorativo que atribuímos a categoria

populismo?

Para responder a essa pergunta, pretendo desenvolver uma discussão sobre os produtores deste discurso, chamados genericamente de teóricos do populismo, a partir de três pontos que, ao meu ver, são essenciais para a compreensão da construção do conceito de *populismo*: a influência de uma “matriz estatista” sobre os teóricos do populismo; a relação entre corporativismo e democracia; a produção do “silêncio” em torno da tradição trabalhista. Esses e outros pontos serão debatidos neste artigo que tem como principal objetivo colaborar com o debate em torno da teoria do populista, as suas problemáticas e os possíveis caminhos.

Populismo e neopopulismo

O populismo latino-americano tem sido bastante estudado a partir da década de 1950 especialmente por sociólogos e cientistas políticos. É um tema controverso, complexo, que recebeu várias interpretações e suscitou muitas polêmicas. De início, convém lembrar que há inúmeros fenômenos históricos, muito diversos no tempo e no espaço, denominados populistas. Assim, movimentos sociais e políticos ocorridos na África, Ásia, Rússia e Estados Unidos receberam essa avaliação. Também na América Latina, a categoria *populismo* foi utilizada para as mais diversas situações históricas. Já foram considerados populistas os governos de Getúlio Vargas, João Goulart e Jânio Quadros no Brasil, o de Juan Domingo Perón na Argentina, o de Lázaro Cárdenas no México, o aprismo no Peru e outros.

Na década de 1950, os sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato de Tella pretenderam dar conta da explicação do fenômeno. Para isso, construíram modelos que partiam do pressuposto de que o populismo ocorria numa situação de “transição” entre a sociedade tradicional, agrária, pré-capitalista, atrasada para uma sociedade moderna, capitalista, urbana e industrial. As raízes do populismo estariam, então, no descompasso entre os processos de transição de uma sociedade para outra. Na Europa, a passagem de uma democracia com participação limitada para uma democracia com participação ampliada se fez sem rupturas do ponto de vista político, ocorrendo uma integração através de canais políticos legalizados pelo sistema vigente. Na América Latina, ao contrário, a mobilização prematura das massas, gerando pressões sobre o aparelho político, não encontrou amadurecidos os canais de participação política exigidos. Assim a integração da população não ocorreu como no modelo europeu, surgindo a possibilidade da manipulação das massas por intermédio das elites dominantes.

Esses modelos genéricos usados para efetuar a compreensão da sociedade latino-americana tiveram grandes influências para as primeiras formulações sobre o

populismo no Brasil. Primeiramente, a partir de 1952, quando influenciaram uma série de estudiosos conhecidos como o “Grupo de Itatiaia”, do qual faziam parte Alberto Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, João Paulo de Almeida Magalhães e outros.⁴ Posteriormente, os estudos do populismo adentraram à universidade, destacando-se os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e Juarez Brandão Lopez.⁵ Mas, foi uma seqüência de ensaios de Francisco Weffort⁶ que deu uma configuração definitiva aos estudos sobre o populismo no Brasil. Esses trabalhos, juntamente com a obra de Otávio Ianni *O colapso do populismo no Brasil*⁷, tornaram-se referências obrigatórias nas pesquisas políticas posteriores e colocaram a categoria *populismo* definitivamente no vocabulário da Sociologia, das Ciências Políticas e da História.

Weffort, em seus trabalhos posteriores ao Golpe de 1964, procurou, através do conceito de *populismo*, a explicação para a crise política em curso. Neste sentido, ele caracterizou todo o período entre a Revolução de 1930 e a instauração da ditadura militar em 1964 como uma Era Populista. Neste momento, apareceu um Estado relativamente independente da sociedade que passou a impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes, apoiando-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia pós-guerra (1945-1964). Esse Estado foi fruto da crise da oligarquia agrária e do liberalismo durante a República Velha (1889-1930), das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de dominação política de um país tradicionalmente agrário e, sobretudo, do aparecimento das massas na história política brasileira. Através de Getúlio, o Estado construiu uma estrutura sindical “controlada”, “doou” uma legislação trabalhista para as cidades atendendo assim à pressão das massas urbanas que manipulava, sem molestar os interesses do latifundiário e estendeu, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do “pai dos pobres”. Para o autor, após a redemocratização em 1945, o Estado passou a apresentar-se diretamente aos cidadãos. Com efeito, todas as organizações importantes colocavam-se como mediadoras entre o Estado e os indivíduos. Foi o caso dos sindicatos que, através da permanência da legislação corporativa e da manipulação das lideranças “pelegas”, mantinham a vinculação estatal. Assim, ficava claro que a ampliação do poder estatal e o jogo populista foram os dois condicionantes que vigoraram na frágil democracia brasileira de 1945 a 1964, onde as freqüentes tentativas golpistas foram superadas muito mais em função das pressões das massas populares urbanas do que por qualquer suposto entusiasmo dos donos do poder pelas formas democráticas.

Para Weffort, as contradições internas do populismo levaram ao seu próprio fim com o golpe de 1964. No entanto, a categoria permaneceu sendo utilizada para explicar a sociedade brasileira no pós-1964: “Médice utilizava-se de práticas populistas”; “O populismo de Brizola foi vitorioso em 1982” e outros. No senso comum, a categoria adquiriu um sentido pejorativo que se referenciava a qualquer político corrupto que tentasse enganar o povo com suas promessas.

Até mesmo os intelectuais continuaram utilizando esse termo para explicar a sociedade corrente. Foi o que fez Marilena Chauí no início da década de 1990.⁸ A autora, possivelmente desiludida com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, um candidato sem projeção na política nacional, de uma pequena legenda e que possuía um discurso muito semelhante ao dos antigos líderes “populistas”, identificou esse fenômeno como neopopulista. Para Chauí, o *populismo* é um poder que ainda está presente na sociedade brasileira, procurando realizar-se sem as mediações políticas e afastando as instituições democráticas como forma de organização da sociedade civil. Este poder é sustentado por uma concepção teológica da política que atravessa toda a nossa história, reiterada pela estrutura e organização autoritária da sociedade brasileira. A matriz teológica se expressa, do lado dos dominantes, numa elaboração jurídico-teocêntrica do governante pela graça de Deus, vinculada à imagem que constrói o Brasil como o paraíso. No lado dos dominados, expressa-se numa concepção de história messiânica que produz dois efeitos principais: a visão do governante como salvador e a sacralização-satanização da política. Para a autora, as conseqüências são dramáticas: “o autoritarismo social e a divisão econômica sob a forma de carência e de privilégio bloqueiam a emergência de uma sociedade democrática. Ora, se a democracia é a condição para suplantar a teologia política, não temos como suplantá-la. Se não temos como suplantá-la, não podemos senão repetir, sob aparências variadas, o populismo”.⁹

Estado soberano, povo vitimizado

O que se pode notar entre estes autores, em momentos históricos diferentes, é uma continuidade na tentativa de identificar as classes populares com um valor negativo, como massa, sem poder de organização e de representação, como seres que são facilmente manipulados pelos líderes populistas e enganados por qualquer falsa promessa. A exceção foi Weffort que, influenciado por Antonio Gramsci, se referiu ao caráter ambíguo do fenômeno do populismo, constituindo-se a um mesmo tempo em manipulação e satisfação das aspirações das classes populares. O autor mostrou que o populismo surgiu e desenvolveu-se como uma alternativa política viável enquanto foi capaz de satisfazer, de maneira real,

aspectos dos interesses das classes populares. Ele, inclusive, sugeriu, de forma inovadora, a idéia de *aliança* entre as massas urbanas e alguns grupos representados pelo Estado. No entanto, por mais ambígua que possa ser a categoria *manipulação*, havia a noção, no dizer de Ângela de Castro Gomes, que na relação entre o Estado e a classe trabalhadora “um dos termos é concebido como forte e ativo e o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não está organizado como classe”.¹⁰

Esta noção de Estado onipresente perpassou toda a trajetória do *populismo* como categoria analítica para o entendimento da sociedade brasileira. No entanto, qual é a origem desta matriz estatista sobre os teóricos do populismo?

Podemos identificá-la no início deste século, em um conjunto de obras no qual se destacavam as de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.¹¹ Correndo o risco de simplificação, podemos dizer que esta matriz teórica interpretava a experiência política da República Velha como um grande divórcio entre nossa realidade física e cultural e o modelo político de Estado. O liberalismo só via valores quantitativos do mundo e pretendia construir o progresso sem pensar no homem em sua dimensão subjetiva e espiritual; não estava atento para as especificidades nacionais, não oferecendo ao homem brasileiro uma direção própria, um objetivo de luta pela construção nacional. Havia dois mundos distintos, o do homem e o da natureza, e a política era algo distante de tudo e de todos.¹²

Com a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo, estes mesmos autores, que antes criticavam o modelo político-institucional da República Velha, passaram a justificar o regime vigente através de obras pessoais ou por intermédio de publicações patrocinadas pelo governo, como as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Para esses teóricos, o Estado instaurado em 1930 e reafirmado em 1937 tinha o objetivo de libertar o homem brasileiro de sua tragédia liberal, reconhecendo a prioridade da questão social, da situação de pobreza em que vivia o povo brasileiro. Para solucionar esses problemas, era necessário um Estado forte que desse atenção e interviesse nas questões políticas e sociais em nome do bem público. Portanto, era necessária a constituição de Estado totalmente oposta à concepção do Estado liberal neutro em face dos interesses em choque no mercado. O novo Estado brasileiro – intervencionista, antiliberal e promotor da justiça social – seria o coordenador da distribuição da riqueza nacional. O povo brasileiro não era visto como passivo, mas também não era visto como independente do Estado. O Homem Novo somente adquiriria sua plena cidadania a partir da valorização do seu trabalho e de sua plena participação na comunidade maior, o Estado Nacional. Nesse sentido, o preguiçoso, o

malandro e o subversivo eram vistos como ameaças que deveriam ser combatidas. Portanto, esses autores utilizaram, construíram e defenderam uma ideologia “estatista” como o único caminho para a realização da nação e do cidadão.¹³

Após 1945, a matriz estatista se manteve, mas sob outra visão. Uma obra da década de 1950 que mostra a permanência desta matriz é *Os donos do poder* de Raymundo Faoro.¹⁴ Nela, o autor defendeu a tese de que um regime patrimonialista desenvolvido por Portugal foi trazido para o Brasil e vinha se adaptando eficazmente a todas as novas situações, demonstrando, com isso, uma perturbadora capacidade de se perpetuar, mesmo em condições de capitalismo ou socialismo. O patrimonialismo tinha como conseqüência a criação de condições nas quais a mobilização das massas populares se tornava muito problemática: ou o povo era enredado na burocracia ou era posto sob a liderança de tipo paternalista que não lhe permitia organizar-se por sua conta. A partir das conceituações de Max Weber sobre *Estado e burocracia*, Faoro procurava pensar na marca específica da herança ibérica sobre a organização política brasileira fazendo um histórico da politização do aparato administrativo no Brasil e da cristalização do que ele definiu como um “estamento burocrático”: “burocrático” porque monopolizava as técnicas da administração da coisa pública e “estamento” porque consistia em grupo social particular, com suas regras próprias de recrutamento, seus dispositivos específicos de exclusão, sua peculiar concepção do mundo. Nessas circunstâncias, o exercício do poder se combinava com o particularismo de uma camada social, com conseqüente enrijecimento do Estado e asfixia da sociedade. Dentro dessa perspectiva, Faoro chegava à conclusão de que, no Brasil, o Estado refazia, de tempos a tempos, o pacto do patronato político que o utilizava como coisa sua e não como coisa pública, manipulando as camadas populares. Após a Revolução de 1930, o pacto de poder existente entre as oligarquias agrárias da República Velha, que considerava a “questão social” como um simples “caso de polícia”, foi parcialmente desarticulado. No entanto, o conteúdo do Estado continuou a moldar a fisionomia do chefe de governo, gerado e limitado pelo quadro que o cercava. Para Faoro, desenhava-se um sistema onde o chefe, como símbolo ou como realidade, tutelava os interesses particulares, concedia benefícios e incentivos, distribuía mercês e cargos e fazia justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. No soberano concentrava-se todas as esperanças, de pobres e ricos, porque o Estado refletia o pólo condutor da sociedade. Essa era a política de D. João, de D. Pedro, de Getúlio Vargas. Portanto, para o autor, o Estado brasileiro se caracterizava pelo seu caráter não democrático, sem acesso real para a sociedade civil.

A matriz estatista também é verificada entre os teóricos do populismo aqui

analisados. Weffort percebeu que nenhum dos principais protagonistas da trajetória do regime democrático entre 1945 e 1964 deixou de atuar através da exaltação política do Estado. Uns mais, outros menos, todos foram rigorosamente estatistas quanto aos aspectos políticos das relações entre Estado e sociedade. Mesmo os políticos mais sinceros e comprometidos com a democracia e com as classes populares, todos cultivavam uma tradição que se achava convencida da utilidade do Estado como instrumento de democratização da economia e da sociedade. Exercitavam, em essência, uma concepção instrumental de democracia, onde esta servia apenas como veículo para a conquista do poder no Estado, para implantar, a partir daí, seus projetos. Esta visão também é compartilhada por Chauí, acrescentando, a exemplo de Faoro, um tom excessivamente pessimista: um fatalismo que responsabiliza a tradição ibérica, o patrimonialismo ou a matriz teológico-política como a razão da existência entre nós de um Estado soberano e um povo vitimizado.¹⁵

Ao fazer a comparação entre diversos autores, pretendeu-se mostrar que as origens da dicotomia entre Estado poderoso e povo vitimizado não são novas e têm suas raízes nos pensadores autoritários do início do século. Esses autores viam a maior interferência do Estado na sociedade como uma solução para os problemas nacionais; como o “caminho” para o Brasil se tornar uma potência desenvolvida e como um meio dos brasileiros adquirirem a sua plena cidadania. Contudo, após o Estado Novo, essa herança passou por uma inversão de valores: manteve-se a visão estatista, não mais como a solução da sociedade brasileira, mas como a causa de seus problemas. Eles viam no Estado um possível obstáculo para a execução de seus projetos político-sociais: o empecilho para o desenvolvimento pleno de uma democracia liberal ou para que as classes trabalhadoras tomassem consciência de si mesmas e caminhassem para a revolução. Pode-se verificar, nos autores pós-1945, um conflito entre uma desejada transformação social e uma sociedade civil frágil atrelada à burocracia do Estado e incapaz de realizar as transformações almejadas. Assim, buscou-se a explicação para a “apatia” da sociedade brasileira de duas maneiras: ou enfatizando a persistência das tradições culturais ibéricas, ou enfatizando a fragilidade das classes populares, facilmente manipuláveis por qualquer líder carismático.

Corporativismo e democracia

Um argumento fundamental a ser ressaltado pelos teóricos do populismo quanto ao caráter não democrático do período 1945-1964 é a distinção que fazem entre democracia e corporativismo. Para eles, a democracia somente seria plena se a sociedade adotasse o modelo pluralista de representação e, se optasse pelo modelo corporativista, seria

rotulado de fascista. O pluralismo seria uma forma de articulação entre Estado e sociedade que se caracteriza pela competição de múltiplos interesses organizados, os quais alcançam expressão na arena política principalmente através das eleições partidárias, logrando a possibilidade de integração na agenda pública. Em contraste, o corporativismo, associado ao fascismo, seria caracterizado pelo atrelamento do sindicato ao Estado, retirando-lhe a autonomia política, tão defendida pelo anarcossindicalismo. Seria a própria negação de luta de classes e a tentativa de estabelecer uma política colaboracionista. Dessa forma, estava vedado o acesso político para os operários, a não ser que se definissem pelo apoio ao governo e a classe dominante. Por outro lado, criava-se o mito de um estado protetor, doador das leis sociais.

É este o raciocínio que está por trás da interpretação da fragilidade e instabilidade do regime democrático no Brasil entre 1945 e 1964, como consequência da incapacidade de cada um desses sistemas de canalizar a participação política. Portanto, o esgotamento do populismo em 1964 deveu-se a inviabilidade de um arranjo que, ao procurar compatibilizar as ordens autoritárias e liberais, gerou um equilíbrio instável, incapaz de suportar as pressões por participação política pela via eleitoral ou incorporação pela via da cooptação corporativa.

No entanto, como diz Daniel Aarão Reis Filho, esta é uma falsa questão: “há movimentos operários autônomos em sociedades não democráticas (o caso russo antes de 1917 pode ser um exemplo entre muitos) e há democracias sem movimentos operários autônomos (o caso brasileiro antes de 1965)”.¹⁶ Se observarmos a Europa do pós-1945, veremos que o neocorporativismo representou a resolução do conflito classista, incentivado precisamente pela força dos partidos social-democratas, com base num acordo coletivo. Essa solução institucional, em que convivem partidos fortes e interesses organizados corporativamente, teria viabilizado tanto a consolidação da democracia quanto uma estratégia de crescimento econômico. Já no caso do Brasil, como admite Ângela Araújo, o projeto corporativista não operou com a lógica da exclusão dos trabalhadores, já que a produção de consentimento exigia o atendimento das necessidades e interesses da classe operária, reconhecendo seus direitos sociais e políticos.¹⁷ Portanto, em ambos os casos, na Europa e no Brasil, o corporativismo não se opôs à democracia.

Populismo e trabalhismo

Um outro ponto que merece ser ressaltado ao estudarmos os teóricos do populismo se refere ao ocultamento da memória de uma forte cultura política entre os

trabalhadores da época, o trabalhismo, que via no nacionalismo, no estatismo, no corporativismo e nas lideranças carismáticas elementos fundamentais para o exercício da democracia. Até que ponto os teóricos do populismo, com a sua visão de povo vitimizado e Estado onipotente, na sua ânsia de explicar a “apatia das massas” através de uma possível herança patriarcal e patrimonial ibérica ou na sua ênfase na incompatibilidade entre corporativismo e democracia, não contribuíram para o ocultamento da memória trabalhista. Eis a questão que colocamos no momento.

Talvez a maneira de melhor responder a essas questões seja analisando os interesses políticos dos teóricos do populismo com ênfase em suas respostas aos problemas colocados pela sociedade em determinados momentos. Daniel Aarão Reis Filho¹⁸ mostra como os trabalhos de Otavio Ianni¹⁹ em 1968 e de Francisco Weffort²⁰ no final da década de 1970 exprimiram a cultura política das organizações esquerda que estavam surgindo em seus respectivos momentos. O livro de Ianni enfatizava a temática da revolução. Suas teses exprimiam os grupos revolucionários que estavam surgindo antes de 1964 (ampliando-se após o Golpe) em oposição aos populistas, associados ao PTB, e aos reformistas, associados ao PCB. Já o artigo de Weffort, inserido em um contexto de luta pela democracia quando se despontaram greves no ABC e a criação do Partido dos Trabalhadores, irá mostrar os caminhos para a efetivação de uma democracia plena. Outra vez os adversários a serem combatidos eram os trabalhistas, associados ao populismo, a heteronomia sindical e ao corporativismo.

Com os teóricos do populismo, toda uma tradição política foi relegada ao esquecimento, onde todos os políticos do período eram homogeneizados como populistas simplesmente. Dessa forma, não existiam diferenças entre Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, ou entre João Goulart e Jânio Quadros. Por outro lado, o trabalhismo era reduzido e substituído pelo getulismo, janguismo ou pelo brizolismo como se esses líderes não tivessem uma relação partidária entre eles. Inúmeros personagens que participaram das bases sindicais, das bases do PTB, simples eleitores e simpatizantes que fizeram parte desse processo histórico desapareceram completamente. No entanto, quando se iniciou o processo de redemocratização, em fins da década de 1970, por mais que os teóricos do populismo tenham relegado ao esquecimento a trajetória do trabalhismo, tenham decretado o seu colapso, um dos referenciais mais fortes que os trabalhadores ainda tinham eram o antigo PTB e os seus “líderes carismáticos”.

A tradição trabalhista somente voltou a ser objeto de análise a partir dos anos 1980 em estudos como *A invenção do trabalhismo*²¹ de Ângela de Castro Gomes. Para a

autora, as origens do projeto trabalhista podem ser encontradas durante o Estado Novo, especificamente após 1942, quando ocorreu uma significativa reorientação política externamente e internamente. Externamente, com os rumos da política internacional da Segunda Guerra, agora a favor das forças identificadas com o liberalismo e a democracia. E, internamente, com a busca de uma mudança para um regime liberal democrático que, então, se mostrava como inevitável, sem perdas políticas para os grupos que estavam no poder. Buscava-se um projeto de continuidade política em uma ordem democrática. A principal questão colocada no momento era como efetuar a mudança para uma ordem democrática sem perder os ganhos políticos efetuados entre a classe trabalhadora desde 1930. Era necessária a construção de uma ideologia trabalhista. Para isso, várias agências do Estado foram acionadas, como o Ministério do Trabalho e os mais modernos meios de comunicação de massa (rádios, jornais, discos etc.). Também foi necessário efetuar um diálogo direto com os trabalhadores, onde os valores simbólicos dos trabalhadores da República Velha foram redimensionados em um outro contexto. Foram enfatizados o valor fundamental do trabalho e a dignidade do trabalhador. A cidadania era efetuada no gozo dos direitos sociais do trabalho. Foi dentro deste contexto que se construiu o sindicato corporativista – não simplesmente como uma proposta repressiva ou como um cálculo utilitário por interesses materiais, mas com o objetivo de mobilizar os trabalhadores, preparar lideranças e seguidores – e o Partido Trabalhista Brasileiro – voltado especificamente para articular politicamente os trabalhadores organizados pela nova máquina sindical. Portanto, era sancionado um pacto entre o Estado e os trabalhadores onde ambos os atores se reconheciam mutuamente.

Atualmente, são inúmeras as pesquisas realizadas e em andamento que estão preocupadas em resgatar a cultura política de cidadãos comuns que encontraram no getulismo e no trabalhismo a resposta de suas demandas políticas. Este é o caso da pesquisa de Jorge Ferreira, *Os trabalhadores do Brasil*²², onde o autor procura demonstrar que os trabalhadores, através de cartas remetidas ao governo Vargas entre 1930 e 1945, eram sujeitos históricos com uma relativa autonomia para realizar escolhas e não meros objetos de um Estado todo-poderoso. Outro exemplo é o livro *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, de Miguel Bodea²³, que mostra, através de um exaustivo estudo do sistema partidário gaúcho, lideranças como Alberto Pasqualini, João Goulart, Leonel Brizola e até Getúlio Vargas longe de estarem acima do partido, manipulando todos com seu carisma; foram políticos que firmaram suas lideranças primeiramente na estrutura partidária local para depois se projetarem a nível nacional. Já o estudo de Hélio da Costa²⁴ questiona a clivagem existente entre lideranças e trabalhadores, mostrando que, ao contrário das teses que enfatizam a

manipulação e ausência de democracia no interior do movimento sindical, a confiança de vários trabalhadores em dirigentes sindicais de esquerda provinha sobretudo da atividade destes junto aos problemas cotidianos de diversas categorias profissionais. Outros autores também se empenharam em pesquisar a tradição e a trajetória do trabalhismo brasileiro. Podemos citar Lucília de Almeida Neves Delgado²⁵, Maria Celina D’Araújo²⁶ e Argelina Cheilub Figueiredo²⁷.

Conclusão

Ao tentar responder a questão inicial do porquê do sentido pejorativo do termo *populismo*, sempre relacionado a um Estado opressor, um povo vitimizado e um líder carismático, procurei mostrar como esse conceito foi construído pelos seus produtores: os teóricos do populismo. Primeiramente, enfatizei a influência e a “inversão” da tradição estatista dos teóricos da primeira metade do século XX ao caracterizarem o Estado negativamente; destaquei também a relação entre democracia e corporativismo que, ao contrário do que diziam, é perfeitamente compatível; e finalmente ressaltai os interesses e as apostas políticas dos teóricos do populismo que, ao indicarem que o inimigo interno a ser combatido era o trabalhismo, levaram ao ocultamento toda uma tradição legítima entre os trabalhadores da época.

Atualmente, devido à construção feita por esses teóricos, é impossível dissociar a categoria *populismo* de um sentido vitimizador das classes populares ou isolá-la de outras categorias como manipulação, demagogia e cooptação. Estas significações já fazem parte do senso comum. Também é um termo vago e impreciso, geralmente utilizado para abarcar fenômenos de realidades distintas: épocas diferentes, regiões diferentes, políticos diferentes e grupos sociais diferentes. Se o termo explica muitas realidades, ele acaba explicando nenhuma delas.

Não seria o momento de abandonarmos essa categoria?

Notas:

-
- ¹ CÂRCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1994, pp. 293-294.
 - ² FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
 - ³ LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p. 971.

- 4 GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. op. cit., p. 17-57.
- 5 Ver: VIANNA, Luis Werneck. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *BIB - Boletim Informativa e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 3, p. 9-24, 1978; VIANNA, Luis Werneck. “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. *BIB - Boletim Informativa e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 53-68, 1984.
- 6 Ver: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- 7 IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- 8 CHAUI, Marilena. “Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.
- 9 Idem, p. 28.
- 10 GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. op. cit., p. 34-35.
- 11 LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Fausto (dir.). *História da civilização brasileira. O Brasil republicano: 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 345-374.
- 12 OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- 13 LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação”. op. cit..
- 14 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1995.
- 15 Parece que Faoro e Chauí, ao quererem mudar a sociedade, cada um ao seu modo, entraram num dilema, um tudo ou nada: ou muda-se radicalmente a sociedade, diminuindo a presença excessiva do Estado, extirpando o corporativismo e adotando o modelo pluralista ou estaremos condenados a lideranças populistas, a cidadãos manipulados e a uma tradição ibérica patrimonial, teocrática e messiânica. No entanto, ao ampliar o pessimismo, não estariam correndo o risco de um efeito contrário ao desejado: de uma desmobilização?
- 16 REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. op. cit., p. 366.
- 17 ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Scritta, 1998.
- 18 REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. op. cit, p. 319-377.
- 19 IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. op. cit.
- 20 WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (1ª parte)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, nº 1. São Paulo, CEDEC, jul. 1978, p. 7-13; WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (2ª parte)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, nº 2. São Paulo, CEDEC, jan. 1979, p. 3-11.
- 21 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- 22 FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- 23 BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- 24 COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábricas, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

- ²⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- ²⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ²⁷ FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reforma?: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Scritta, 1998.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.
- CÁRCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábricas, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1995.
- FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- _____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reforma?: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Fausto (dir.). *História da civilização brasileira. O Brasil*

-
- republicano: 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 345-374.
- LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.
- VIANNA, Luis Werneck. “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. *BIB - Boletim Informativa e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 53-68, 1984.
- _____. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *BIB - Boletim Informativa e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 3, p. 9-24, 1978.
- WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (1ª parte)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, nº 1, p. 7-13, 1978.
- _____. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (2ª parte)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, nº 2, p. 3-11, 1979.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.